

Coluna do Castello

PMDB quer desfilar unido

O ministro Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, abençoou o parlamentarismo desde que sua aprovação na Constituinte seja acompanhada do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

“Se o acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos evita o risco de um impasse que poderia ocorrer com a realização de eleições presidenciais este ano, não tenho por que não apoiá-lo”, observou.

Nas últimas 48 horas, o parlamentarismo livrou alguns corpos de vantagem sobre o presidencialismo e pode cruzar na próxima semana a reta de chegada obtendo uma folgada maioria entre os 559 constituintes.

Newton escolheu o voto nos cinco anos. Essa mesma dezena de deputados compareceu, antecorrendo, ao gabinete do deputado Thales Ramalho, assessor especial do presidente, para informá-lo que votaria no parlamentarismo.

Os 14 constituintes de Goiás cederam ao apelo do governador Henrique Santillo e aderiram ao parlamentarismo. O presidencialismo foi desestabilizado entre os constituintes do Ceará, que se movimentam para rejeitá-lo.

A pedido de Ulysses, o deputado José Geraldo planejava voar à noite para Belo Horizonte ao encontro do governador Newton Cardoso. “Vá lá convencê-lo de que é necessário aprovar o parlamentarismo”, sugeriu Ulysses.

Salvo uma imprevista mudança de curso nos próximos dias, o PMDB confirmará uma vez mais sua vocação de escola de samba campeã — na concentração, antes do desfile, vê-se a balbúrdia desmedida. Ao ingressar na avenida, alas e destaques ocupam seus lugares e o samba flui sem atravessar.

“Aprovado o parlamentarismo, a nova realidade política que emergirá se encarregar de produzir suas próprias soluções para a votação do mandato de Sarney”, imagina o governador de Goiás.

Nesse caso, Ulysses irá para os cinco e honrará o compromisso que está prestes a firmar com Sarney, a quem irá procurar na segunda-feira. Se o PMDB se inclinar na direção dos quatro anos, Ulysses terá pela frente a tarefa de enfrentar o que qualificou de “risco”, em conversa com o governador Miguel Arraes.

“Se eu tivesse a certeza de que a transição acabará bem, já teria aderido aos quatro anos”, confidencia Ulysses no final do ano passado, em encontro com a esquerda do PMDB no apartamento da deputada Rose de Freitas (ES).

ocupa o gabinete mais poderoso da República um político que é capaz de cortejar o apoio das armas para permanecer onde está mesmo à falta do apoio dos partidos e da sociedade.

Ricardo Novlat (interino)

Maciel aceita parlamentarismo com cinco anos

BRASÍLIA — O presidente do PFL, senador Marco Maciel, começou a negociar com os presidentes dos outros partidos, inclusive Ulysses Guimarães, do PMDB, a fórmula e a data de implantação do parlamentarismo.

Três horas antes de Maciel “render-se a sua excelência, o fato”, como ele próprio se referiu à sua atitude, Ulysses Guimarães havia declarado que o parlamentarismo com cinco anos “tem presença grande na Constituinte”.

A seguir, Ulysses contou — o

que nunca faz — trechos da conversa que tivera pouco antes com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, juntamente com os presidentes do PDS, Jarbas Passarinho, do PFL, Marco Maciel, e do PTB, Paiva Muniz.

Convertido — Apesar de o senador Humberto Lucena, cabeça da emenda presidencialista, protestar e dizer o contrário, a tendência parlamentarista cresceu muito na Constituinte.

As adesões ao parlamentarismo são comemoradas até por aqueles que ainda há poucos dias eram presidencialistas radicais, entre eles, Ubi-

ratán Aguiar (PMDB-CE) sarneyzista, que organizou um jantar com 30 outros presidencialistas na casa da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) na noite de antontem.

Curioso é que Ubiratan Aguiar, recém-convertido ao parlamentarismo, vem defendendo como ninguém as teses do sistema de gabinete.

Para o deputado, o parlamentarismo é hoje a única bandeira de palanque respeitável que o PMDB poderá levantar. “É o novo, a perspectiva de mudança na economia e na política”, termina dizendo que a questão está liquidada.

Posição da maioria anima Brossard

Em reunião pela manhã no seu gabinete com os presidentes dos quatro maiores partidos da Constituinte — PMDB, PFL, PDS e PTB —, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, perguntou a cada um qual a tendência de seu partido quanto a sistema e mandato, obtendo como resposta que as bancadas ali representadas tendem para a aprovação do parlamentarismo com cinco anos de mandato.

O encontro durou exatamente uma hora. Começou atrasado. Ulysses Guimarães, que na noite da última quarta-feira havia dito que não iria a “essa reunião coletiva”, deixou à sua espera por 40 minutos não só Brossard, mas os senadores Jarbas Passarinho, que chegou pontualmente às nove, presidente do PDS, e Marco Maciel, do PFL, e o ex-



Maciel: recuo, ante a evidência do parlamentarismo

deputado Paiva Muniz, presidente do PTB.

Para vencer o impasse quanto ao sistema de governo, o consenso entre os participantes da reunião foi de que há necessidade de pelo menos 500 constituintes em plenário para votação.

Negociação divide ministros

O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que “só o tempo decifrará o enigma” de uma negociação entre o Palácio do Planalto e as lideranças partidárias na Constituinte em torno do mandato e sistema de governo.

“Uma proposta dessa natureza é até desrespeitosa com o presidente — disse —, porque ele fixou o mandato de cinco anos dentro de uma compreensão de que seria o prazo mais conveniente para que se efetuassem uma transição pacífica, normal no país.

Pesquisa dá presidencialismo

O Centro Pró-Memória da Constituinte realizou, durante todo o dia, uma pesquisa em frente à sua sede, na Avenida Rio Branco, sobre o sistema de governo que os cariocas gostariam que fosse adotado.

Nas cédulas havia como opção, além do presidencialismo, o parlamentarismo, que recebeu 321 votos (38,2%), e um espaço para que as pessoas pudessem apontar um terceiro sistema de governo.

Em novembro do ano passado, o Pró-Memória realizou uma pesquisa

maior prazo de mandato, é admitir que ele esteja fazendo uma barganha. Costa Couto e Prisco Vianna falaram logo após o embarque do presidente José Sarney para uma fazenda da empreiteira Camargo Correia, no interior de Mato Grosso, onde descansará juntamente com dona Marly este final de semana.

“Com o parlamentarismo, dá para conversar; com o presidencialismo, não tem conversa”, disse o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que promoveu antontem à noite uma reunião com 28 deputados. Ele acha que, mantido o presidencialismo, a crise política brasileira não tem saída: se for dado o mandato de quatro anos ao presidente Sarney, ele entrará em conflito com o povo; se forem dados cinco anos, “pior ainda, porque o doutor Ulysses fica pendurado no ar — a esquerda do PMDB vai se juntar a outros grupos — e o conflito da rua com o presidente da República será pior ainda”.

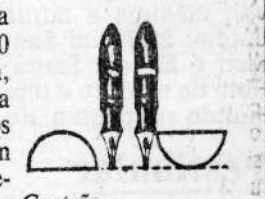
idêntica, que apontou, com 268 votantes, 129 a favor do presidencialismo e 125 a favor do parlamentarismo. Houve dois votos nulos e 12 em branco.

Dois pessoas entrevistadas pelos pesquisadores disseram que queriam o presidencialismo com Leonel Brizola. Nove preferem o parlamentarismo com mandato de quatro anos.

“Meu pai era pelo parlamentarismo, e desde jovem eu sou pelo parlamentarismo. Esta é a melhor forma de governo para um país de jovens. É a forma mais democrática. Os deputados têm condição de escolher um primeiro-ministro para nos representar”, disse Darlei Schneider, 62 anos, bancário.

Caiapó protesta com canto e dança

O conselho de anciãos da tribo dos caiapós — cerca de 50 índios — decidiu deixar a aldeia, no sul do Pará, e vir até a Constituinte dizer ao “chefe dos brasileiros” que não gostou nem do texto da Comissão de Sistematização, nem do projeto do Centrão.



Ostentando colares, pulseiras e cocares de penas coloridas, com a pele pintada de preto pela tintura de jenipapo e borduna em punho, os índios procuravam Ulysses Guimarães. Preparados para uma cerimônia solene, dançaram para Ulysses ao lado do plenário, ao som do canto de reconhecimento do poder de um chefe alheio.

O conselho de anciãos esteve reunido durante toda a semana passada até decidir que o caminho seria um protesto em Brasília, antes da votação. Na verdade, eles não sabiam que o capítulo referente aos índios é o último item do corpo permanente da Constituição, e ainda não tem previsão para entrar na pauta de votações.

— Não estamos aqui para sair. Queremos nossa cultura e nossa terra. Estamos preocupados com Constituinte e fizemos questão de conversar com o senhor. Ulysses é que está decidindo o destino do brasileiro e não gostamos do que está escrito. Presidente não pode votar esta lei que separa filho de pai.

Discordância — Paiakan referiu-se, entre outros itens, ao artigo 271, aprovado pela Comissão de Sistematização e que já está em vigor na forma de decreto-lei. O dispositivo diz que todos os direitos previstos no capítulo referente aos índios não se aplicam aqueles com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade e que não habitem terras indígenas. Os índios não concordam sequer com a definição de terra indígena que está no projeto da Sistematização.

— As portas do meu gabinete estão abertas. Vocês são amigos e bem-vindos a qualquer hora — disse o cacique Ulysses. Referia-se à promessa do grupo, de estar presente para acompanhar a votação. Ulysses também fez questão de salientar que os índios mereceram um capítulo exclusivo para tratar de seus direitos, o que é inédito, e que se não ficarem satisfeitos contentes a Constituinte está disposta a promover alterações.

Etevaldo Dias

Presidencialistas se dividem em 3 grupos

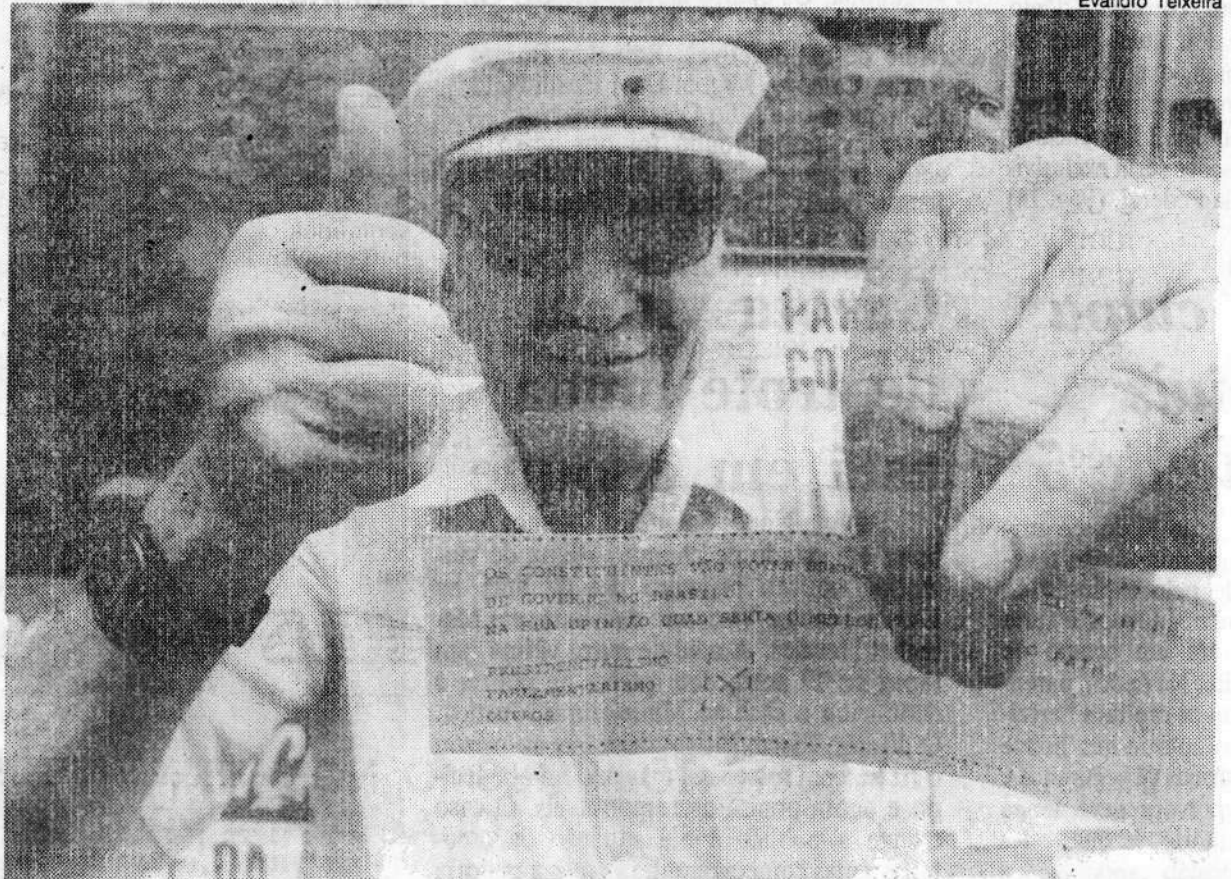
Os presidencialistas, às vésperas da definição do sistema de governo, perderam a unidade, e talvez tenham comprometido a maioria dos votos que exibiam com segurança no início da semana. Ao longo do dia de ontem, podiam ser contabilizadas três facções presidencialistas.

A segunda facção tem no senador Marco Maciel, presidente do PFL, a principal liderança. Maciel, que tomou café da manhã com Sarney, estimulava a negociação do regime de gabinete, se não for aprovada a emenda que mantém o presidencialismo. Se ele reunir 40 constituintes, será afastada a possibilidade de buraco negro no sistema de governo.

Os informados formam o terceiro grupo presidencialista. Eles querem que o sistema de governo aprovado, qualquer que seja, vigore apenas depois de ratificado pelo povo. “Só o plebiscito vai dar legitimidade ao sistema”, argumenta Paes Landim (PFL-PI).

Barganha — Num grande jantar em sua casa, hoje, 99 constituintes do PFL já confirmaram presença — José Lourenço tentará convencer os companheiros a não negociar nada quanto a sistema de governo. Ele argumenta que não haverá qualquer possibilidade de o país ser governado se o deputado Ulysses Guimarães for escolhido primeiro-ministro.

Além de Lourenço, recebem a ocorrência do impasse os deputados Luís Eduardo (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), e Milton Reis (PMDB-MG), principais integrantes da tropa de choque presidencialista. No auge dos boatos que inundaram o plenário da Constituinte, ontem, todos versando sobre um pacto entre Sarney e Ulysses em torno do parlamentarismo com cinco anos — Milton Reis telefonou ao presidente da República para lhe cobrar coerência, e gostou do que ouviu. “Sarney não fará essa barganha” disse. Mais pragmático, José Lourenço telefonou para governadores e lhes pediu que ajudassem “frear o crescimento do parlamentarismo”. Garantiu que havia governadores convencendo deputados, embora não pudesse ser apurado um único caso de parlamentarista convertido ao presidencialismo.



O bancário Schneider acha que o parlamentarismo é melhor para um país de jovens

Evandro Teixeira